

## **O DEBATE DA POLÍTICA CURRICULAR BNCC: UMA ESTRATÉGIA DE REFORMA CURRICULAR PAUTADA EM REFERÊNCIAS NACIONAIS CURRICULARES**

Jéssica Santos do Nascimento (UFPE)

[jessica.santosnascimento@ufpe.br](mailto:jessica.santosnascimento@ufpe.br)

As pesquisas sobre políticas públicas que buscam assimilar os interesses propostos em estudos no campo, podem ao mesmo tempo relevar os debates analíticos sobre a política em foco entre as demais, possibilitando compreensão da política e podem servir como produção de conhecimento científico do campo de políticas (MAINARDES, 2018).

O levantamento de em políticas educacionais feito por Giaretta (2021) indica a predominância na abordagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como política curricular.

A base abrange um conjunto de eixos de atuação: material didático, formações docentes, avaliações internas e externas alinhadas as competências e habilidades, categorizada pelos pesquisadores em políticas públicas como política curricular. Segundo Giaretta (2021) a BNCC é uma política curricular fomentada pelo Estado, apresenta-se como política educacional proclamando a regulação da oferta da Educação Básica no Brasil a partir de uma base curricular comum, nas metas 2 e 7, respectivamente nas estratégias 2.1, 2.2 e 7.1, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014). O PNE foi aprovado em junho de 2014 - Lei n. 13.005, de 25 de julho de 2014, oficializou o compromisso com a regularização da oferta da Educação Básica no Brasil a partir de uma base curricular comum.

A BNCC cunhada pela Resolução CNE/CP No 2 de 2017, designa e norteia a execução da BNCC nas etapas e modalidades no da Educação Básica, parte de uma investidora política no currículo nacional da educação básica pelo Estado, sendo apresentada em pesquisas como um remonte neoliberal cravado na início da década de 1990.

Para o presente estudo teve por objetivo compreender a retomada dos referências nacionais curriculares no processo de construção da BNCC como política curricular por meio dos documentos legais.

### **Alternativa de tratamento teórico-metodológico para a política curricular BNCC**

Para análise tomaremos o ciclo de políticas de acordo com Mainardes (2006), em especial o contexto de influência percebido nos documentos.

Segundo Mainardes (2006) a influência pode se dar por meio de redes sociais e envoltas de partidos políticos, governos e processo legislativo. É nesse contexto que são erguidos os conceitos e discursos basilares a política pública educacional. A influência internacional pode ocorrer por meio de apreensão da ideia que circula internacionalmente, por meio de empréstimo de políticas e por aquisição de soluções políticas no mercado.

### **A construção da política curricular e o diálogo com neoliberalismo**

Uma das estratégias adotadas para se transportar a concepção global de avaliação, padronização e raqueamento nas políticas educacionais se deram pelas referências nacionais curriculares.

Foi introduzida no Brasil no início da década de 1990 pela aliança, entre PSDB/PFL, centro-direita, se susteram por oito anos e que promoveu em 1997 o Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1997) (FREITAS, 2018). De acordo com Cury (1996) sua inclusão nos PCN, assim como na BNCC, são formas do Estado nacional pensar a educação escolar como um dos caminhos para manter a coesão social.

A partir de 2010 o Estado inseri as reformas curriculares, incluindo em abril de 2013 a criação do Movimento pela Base Nacional Comum<sup>1</sup> (MBNC) que para Caetano (2019) orientou e participou da construção e delibera a implantação da BNCC, com influência na seleção de conteúdos, os livros didáticos, a avaliação, os professores. De acordo com Caetano (2019) a influência do MBNC nas políticas educacionais são formas de expansão do terceiro setor e setor privado Caetano (2019).

Membros da Fundação Lemann ocuparam cargos no Ministério da Educação (MEC) durante a estruturação da BNCC. A influência na BNCC contou com destinação de recurso financeiros e promoção em mídias dessa parceira (SILVA; CRUZETTA, 2022).

O MEC lançou em 30 de julho de 2015 em seu portal a versão preliminar da BNCC para consulta pública. Em 03 de maio 2016 ocorreu a apresentação da 2ª versão

---

<sup>1</sup>Na página de site do Movimento consta empresas como o Centro e Fundação Lemann, Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave), Centro e Fundação Lemann e outras.

do documento da BNCC. Em 2016 vivenciamos o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Estiveram atuantes favorável ao golpe a união de coligações PSDB (antigo PFL e atual DEM) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), resultando no impeachment (FREITAS, 2018).

Entre a segunda versão e a terceira, Maria Helena Guimarães de Castro, que comanda, atualmente, a Cátedra Instituto Ayrton Senna, esteve como secretária adjunta do MEC em maio de 2016 até a saída do então Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho em 2018. Ela que já havia estado em governos anteriores, PSDB/PFL, final dos anos 1990, organizou a retomada em 2016 dos referências nacionais curriculares, difundida em vários países, como bases nacionais comuns curriculares na terceira versão da BNCC (FREITAS, 2018). Durante seu governo foram editados também medida provisória sobre a reforma do ensino médio.

Em 06 de abril de 2017 houve a apresentação da 3ª versão da BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e entrega do documento para o Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi homologada, pela Resolução CNE\_CP n. 2 de 22 de dezembro de 2017. A reforma curricular ganha coturno com a aprovação e divulgação da BNCC.

O refinamento da reforma via BNCC é complementado pela Resolução CNE\_CP n. 4 de 17 de dezembro de 2018, instituindo a BNCC para o Ensino Médio, que fortalece a reforma curricular do ensino médio, estabelecida em 2017, pela Lei nº 13.415 de 2017.

Dessa forma, o Estado brasileiro não intervm de maneira neutra, desvinculado de um posicionamento social e interferências externas a partir da BNCC. Pelo contrário, está alinhado aos preceitos cunhados na agenda neoliberal, dotados pela racionalidade hegemônica e eurocêntrica (GIARETA; LIMA; PEREIRA, 2022).

O movimento de unificação do currículo anunciado por referências nacionais curriculares foi consolidado por meio da política nacional da educação básica em 2017, defendida em movimento global de reforma da educação que exige responsabilização (accountability), testes e padronização na educação, negando pautas importantes como o direito da pessoa com deficiência, promoção da cultura antirracista e anti-homofóbica (FREITAS, 2018).

## **Considerações**

A BNCC é uma política educacional curricular de abrangência nacional estruturada por um conjunto de eixos interligados e pensados por grupos empresariados com foco no mercado.

A retomada das referências nacionais curriculares no processo de construção da BNCC ocorreu de maneira articulada aos preceitos da agenda global neoliberal. Nessa política educacional nacional a proposta desses referências é pautada na meritocracia e no mercado.

### **Referências:**

CAETANO, Maria Raquel. A base nacional comum curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 132-141, jan. 2019.

CURY, Carlos, R. J. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-17, maio/ago. 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIARETA, P. A produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular no Brasil: levantamento de teses, dissertações e artigos. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 6, p. 1–38, 2021. DOI: 10.5212/retepe.v.6.18101.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18101>. Acesso em: 19 fev. 2024.

GIARETA, P. F.; LIMA, C. B. de; PEREIRA, T. L. A política curricular da BNCC e seus impactos para a formação humana na perspectiva da pedagogia das competências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp.1, p. 0734–0750, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.1.16326. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16326>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e sociedade**, Campinas, v.27,n.94. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTVyhsJ/?formatpdf&langpt>. Acesso em: 17/02/2024.

MAINARDES, J. 2018. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v.34, n.72, p.303-319.

SILVA, M. Q. da; CRUZETTA, D. D. Base Nacional Comum Curricular e as Reformas Educacionais da década de 1990. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–25, 2022.